

LOCAÇÃO COMERCIAL

RETOMADA PARA USO PRÓPRIO

LEI 8.245/91 — LOCAÇÃO COMERCIAL - INADIMPLEMENTO - ALUGUEL

EMENTA

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA^a VARA CÍVEL DA COMARCA DE, (qualificado), portador da Cédula de Identidade/RG nº.... e do CPF nº, residente em, na Rua nº, por seu procurador judicial no final firmado, Bacharel inscrito na OAB sob nº, com escritório nesta Capital na Rua nº, onde recebe intimações e notificações, constituído nos termos do incluso instrumento de mandato, e respectivo substabelecimento, vem, com o respeito e acatamento devidos perante V. Exa., para propor **AÇÃO DE DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO** contra, (qualificação), estabelecido nesta Capital na Rua nº, loja, pelas razões fáticas e de direito a seguir alinhadas: 1) **DOS FATOS** 1.1 Que, cedeu em locação ao Requerido o imóvel de sua propriedade sito na Rua nº, loja, nesta Capital, para fins comerciais, segundo Contrato de Locação, incluso por fotocópia autenticada, mediante o aluguel mensal e atual de R\$; 1.2. Que, o Requerido deixou de pagar no respectivo vencimento o aluguel referente aos meses vencidos em .../.../..., .../.../... e .../.../..., estando a dever ao Requerente a quantia de R\$, referente a aluguel, multa contratual, encargos, honorários advocatícios e custas processuais, segundo recibos e demonstrativo abaixo: Aluguel do mês de .../... R\$ I.P.T.U. R\$ Seguro R\$ Correção monetária R\$ Sub total R\$ Aluguel do mês de .../... R\$ I.P.T.U. R\$ Seguro R\$ Correção monetária R\$ Sub total R\$ **TOTAL ALUGUERES E ENCARGOS R\$ HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - 10 % R\$ CUSTAS PROCESSUAIS R\$ OFICIAL DE JUSTIÇA R\$ CARTA COM AR R\$ TAXA JU DICIAL R\$ DISTRIBUIÇÃO R\$ MULTA CONTRATUAL R\$ TOTAL GERAL R\$** 1.3. Que, assim procedendo, cometeu o Requerido infração legal e contratual e deu ao Requerente o direito incontestado de pedir a restituição do imóvel mediante o despejo. 2) **DO DIREITO** Verificada a inadimplência do Requerido, está o Requerente autorizado a promover a presente ação com fundamento nos artigos 282 do Código de Processo Civil e demais aplicáveis à espécie da Lei nº 8.245 de 18 de outubro de 1991, dita Nova Lei do Inquilinato. 3) **DO PEDIDO** Ante o exposto, REQUER digne-se V. Exa. em ordenar a citação do requerido via CARTA COM AR, no endereço declinado no vestibulo desta, para responder aos termos da presente, querendo, pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato, facultando-lhe a purgação da mora, se requerida, inclusive dos alugueres e encargos que se vencerem até a efetivação do pagamento, corrigidos monetariamente. Requer, finalmente, incorrendo pedido de purgação de mora, ou esta não se concretizando, haja por bem V. Exa. em julgar procedente a ação, condenando o Requerido a desocupar o imóvel objeto desta, bem como ao pagamento das custas processuais, honorários advocatícios e demais cominações legais. Protesta pela produção de provas outras, se necessárias, admitidas em direito. Valor da ação: para efeitos fiscais, atribui-se à causa o valor de R\$ N. Termos, P. Deferimento., de de Advogado